“Creio que todos sabem por que estou ausente”

A história de Moacir Longo, vereador cassado pelo golpe de 1964

Fausto Salvadori Filho

Os vereadores não voltaram para casa naquela segunda-feira, 30 de março de 1964. Nem no dia seguinte. Por duas noites, dormiram e acordaram no interior do Palacete Prates, no Vale do Anhangabaú, onde funcionava a sede da Câmara Municipal de São Paulo. Passaram os dias ouvindo no rádio as notícias sobre a movimentação das tropas que pretendiam derrubar o presidente João Goulart. Um dos parlamentares, o jornalista e militante comunista Moacir Longo, do PSB, sabia: se os militares tomassem o poder, ele corria o risco de sair do palacete direto para a cadeia.

Acampados na sede da Câmara, os vereadores esperavam pelo início de uma guerra. Longo lembra que, ainda na segunda-feira, um colega de vereança, Marcos Mélega, da UDN (partido que apoiava a deposição de Jango), contou-lhe que o golpe militar estava em andamento e que os revoltosos pretendiam criar um governo paralelo sediado em Minas Gerais, para o qual pediriam reconhecimento internacional e, se fosse preciso, apoio militar dos norte-americanos para enfrentar o governo de Brasília. “Eles estavam preparados para uma guerra civil e achavam que do nosso lado também estávamos”, recorda Longo. E ri. Preparados? Eles não estavam.

Se os militares tomassem o poder, ele sairia do Palacete direto para a cadeia

Na quarta-feira, 1º de abril, o golpe militar já havia se consolidado praticamente sem enfrentar resistências. Como sabiam que Longo estaria na lista negra do novo regime, os vereadores resolveram utilizar os automóveis da Casa – que na época eram dois, destinados ao presidente e ao primeiro-secretário – em uma operação para impedir que o colega fosse preso.

Ângelo Dantas / CMSP

Moacir Longo: “Convivi com o medo de ser preso e perder a vida”

NON DVCOR DVCO
CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
Viaduto Jacare
100

Os parlamentares passaram o dia fazendo várias saídas com os dois carros, sempre cheios de pessoas. Numa dessas saídas, Longo conseguiu voltar para sua casa sem chamar a atenção das autoridades. Mas nunca retornaria à Câmara como vereador. Pediu licença do cargo e, em 12 de junho, seu mandato foi cassado pelo Ato Institucional nº 1, baixado pela ditadura recém-nascida.

Quatro dias depois, o vereador David Lerer, líder da bancada do PSB, pediu a palavra durante uma sessão na Casa para ler um texto enviado pelo colega cassado. "O regime de terror implantado pelo Ato Institucional, editado por aqueles que se julgam no direito de tutelar a Nação, não tem futuro", atacava a carta-discurso de Longo, em uma das mais duras manifestações contra o regime militar de 1964-1985 registradas no Parlamento paulistano durante o período ditatorial (leia na pág. 55).

Comunista de carteirinha

Longo conta que havia se tornado alvo dos golpistas por ter cutucado com vara curta a onça do ademarismo na eleição da Mesa Diretora. O comunista

Ângelo Dantas / CMSP

A passagem de Longo pela Câmara durou apenas três meses

havia articulado a montagem de um grupo de vereadores, batizado de Bloco Nacionalista, que conseguiu isolar os parlamentares ligados ao prefeito Prestes Maia e ao governador Ademar de Barros. A eleição daquela Mesa significou uma afronta para Ademar, um dos principais líderes políticos de São Paulo, que viria a ser, também, um dos articuladores do golpe de 64. "Os onze vereadores entraram numa lista de nomes montada pelo tal Comando da Revolução, mas no final cassaram apenas a mim, que era o coordenador do bloco", diz.

"Eu tinha cadastro de comunista no Dops. E era volumoso..."

Perseguição política não era uma novidade para Longo. Para ser eleito vereador, meses antes, precisara recorrer de uma decisão da Justiça Eleitoral que havia impugnado sua candidatura. "O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) informava à Justiça quem tinha cadastro de comunista. Eu tinha. E era volumoso...", conta Longo, orgulhoso do seu currículo de "revolucionário profissional" iniciado em 1945, quando era um operário magrelo recém-chegado do interior que, mesmo sem ter idade para votar, participava das eleições distribuindo folhetos de Iedo Fiúza, candidato do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão, à Presidência da República.

Nascido em 20 de maio de 1930, em Taquaritinga, no interior de São Paulo, filho de imigrantes italianos e espanhóis, Longo começou a trabalhar aos dez anos, na lavoura. Aos 15, veio com sua família para a capital paulista, onde se tornou aprendiz em uma indústria têxtil. Influenciado pelo pai, comunista de carteirinha, filiou-se em 1946 ao PCB, num dos breves períodos em que o Partidão esteve legalizado. Lutou no movimento sindical, reivindicando melhores salários, descanso semanal remunerado e abono de Natal (o atual 13º salário). No mesmo ano, perdeu o emprego de ajustador mecânico numa metalúrgica por participar de uma greve. "Os movimentos sociais eram duramente reprimidos, não era essa moleza de hoje", recorda. Foi preso pela primeira vez em 12 de dezembro de 1949, ao pichar um muro com a inscrição "Viva o camarada Stálin, campeão da paz".

Aprendeu a fazer jornalismo na prática das redações dos jornais comunistas, como *Notícias de Hoje* e *Voz Operária*, que usavam a mão de obra de "repórteres populares" – militantes designados para escrever sobre os problemas dos bairros. "Eram jornais que tinham poucos recursos e nada de anúncios, então a gente tinha que escrever muito", recorda.

O PCB foi declarado ilegal em 1947, mas ele continuou na militância política, agora clandestina, assumindo a direção do

diretório distrital do partido no Ipiranga e, mais tarde, a direção municipal. “Garoto ainda, cara de moleque, franzino, fumando dois maços de cigarro por dia, assumindo a direção do partido no principal município do País...”, relembra Longo no documentário *O Longo Caminho de Moacir*, produzido pela Fundação Astrojildo Pereira. O moleque franzino também presidiu a União da Juventude Comunista e viajou à União Soviética para um curso do Partidão, ao lado de “uma turma da pesada” que incluía quadros como o historiador Jacob Gorender e os futuros guerrilheiros Carlos Marighella e Maurício Grabois. No início dos anos 60, passou a escrever regularmente para o semanário do PCB, *Novos Rumos*.

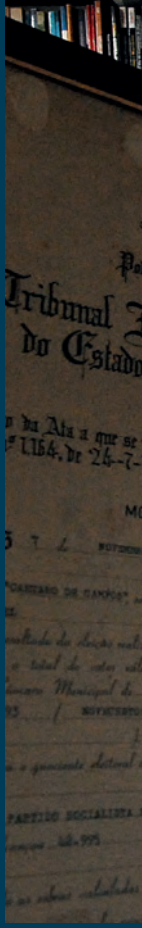
“Garoto ainda, assumindo a direção do partido no principal município do País...”

Cassado e preso

Em 1963, o rosto do militante estava estampado em santinhos com a frase “Para vereador – Moacir Longo – um operário metalúrgico que tornou-se combativo jornalista a serviço dos trabalhadores”. Concorria pelo PSB, partido que acolhia militantes do PCB (então na clandestinidade). Não se sentia à vontade com a candidatura. “Só fui candidato porque o partido me forçou”, diz. Eleito com 4.632 votos, permaneceu apenas três meses no Palacete Prates, tempo suficiente para presidir a Comissão da Lavoura, Indústria e Comércio, participar como membro da Comissão de Finanças e Orçamento e arrumar polêmica ao denunciar na tribuna um acordo da prefeitura com uma companhia telefônica que ele considerava lesivo ao Município.

Após a cassação, nunca mais se candidatou a outro cargo eletivo. “Agora, nem forçado pelo partido eu iria”, conta. Mesmo na clandestinidade, nunca deixou de fazer política do jeito que gostava, por meio do jornalismo ou da militância com as bases. “Eu sempre achei que militar politicamente é um dever de cidadania”, afirma. A ditadura também não se esqueceu do ex-vereador: ao visitar um colega de partido, Longo acabou detido por agentes do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi). “Isso foi em 25 de julho de 1972. Eu não esqueço”, relembra a professora Leda Rosa dos Santos Neto, com quem o comunista casou-se em 1969. Quando seu marido foi preso, Leda levava no colo a filha de dois anos do casal, Laelya, e na barriga a segunda filha, Leila, que nasceria ainda naquele ano. “Foi terrível”, ela se lembra.

Longo desconversa quando perguntado sobre as torturas



Marcelo Ximenez/CMSP

Ele não queria ser político: “Só fui candidato porque o partido me forçou”

que sofreu nas dependências do Doi-Codi, e não dá para saber se é por trauma, timidez ou os dois. Seja como for, ele não gosta de ser visto como herói. "Não fiz nada de extraordinário, não cometi nenhum ato heroico, nada. Fui sempre um militante dedicado à disciplina e às tarefas do partido", é como resume sua história no documentário *O Longo Caminho*.

Leila só veria o pai entrando em casa quando completou dois anos. Do Doi-Codi, Longo foi levado para o presídio Tiradentes e, depois, para o presídio do Hipódromo, ambos endereços de vários presos políticos durante o regime militar. Ali, entre discussões políticas com outros presos, jogos de buraco e trabalhos manuais, como feitura de cestas e colares, aproveitava para fazer anotações em uma brochura, selecionando informações dos livros de história do Brasil que recebia de Leda. Nas revistas gerais feitas nas celas, o caderno coberto de anotações cuidadosamente escritas foi apreendido duas vezes, mas devolvido.

Longo saiu do presídio, sob livramento condicional, em 1974. Ao lado da militân-

“O ato que me tira da vida pública não me abate”

Veja trechos da carta-discurso de Moacir Longo, lida no plenário por David Lerer, líder da bancada do PSB, durante a sessão ordinária de 16 de junho de 1964, quatro dias após a cassação do vereador.

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores: desejaria despedir-me pessoalmente de todos os colegas da Câmara Municipal de São Paulo, no momento em que o Sr. Presidente da República, Sr. Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, assina ato do qual consta mais uma lista de cassação de mandatos e de suspensão de direitos políticos pelo prazo de dez anos de cidadãos brasileiros, entre os quais figura o meu nome.

Creio que todos sabem por que estou ausente, por que não posso comparecer pessoalmente. Nestas condições, falo pela última vez aos nobres colegas, através desta carta-discurso, única forma ao meu alcance neste momento.

O mandato ora cassado não me pertencia. Era exercido por delegação de, aproximadamente, cinco mil trabalhadores paulistanos que me honraram com a sua confiança. O ato que me atinge é mais um entre centenas de outros que colocam representantes do povo e lutadores em prol das causas populares ante a fúria vingativa de algumas personalidades civis e militares, investidas de poderes discricionários ao encabeçarem um movimento de força que aboliu, em nossa pátria, as liberdades democráticas e o respeito à pessoa humana.

O regime de terror implantado pelo Ato Institucional, editado por aqueles que julgam no direito de tutelar a Nação, não tem futuro. Não tem futuro porque está sendo repudiado pelo povo brasileiro de tantas e tão gloriosas tradições democráticas. Não tem futuro porque nascido de um movimento que se dizia contra a corrupção, atingiu apenas e fundamentalmente legítimos patriotas e defensores incansáveis da emancipação nacional, do progresso e do bem-estar do nosso povo. (...)

E não tem futuro porque não tem movimento que se proponha restaurar a democracia, viola todas as liberdades asseguradas pela Constituição e instaura a “democracia do silêncio”, fundada no desrespeito à vontade popular, manifestada nas urnas, na inter-

venção nos sindicatos, nas entidades estudantis e nas associações populares, no arrolhamento da imprensa, rádio e TV, bem como na interdição das praças públicas para o povo.

Não tem futuro, ainda, porque um movimento que tinha por objetivo restabelecer a autoridade e a autonomia do Poder Legislativo, estabelece a mordaça e a tutela como formas de intimidá-lo, subjugá-lo e colocá-lo de joelhos, anulando-o como Poder independente. (...)

A tudo isso o povo assiste perplexo e aterrorizado, parece aceitar esse estado de coisas num silêncio que, entretanto, revela um surdo protesto. Tenho certeza, contudo, que não tolerará esta situação por muito tempo. (...)

Essa não é uma previsão fundada num otimismo gratuito. É, antes, a convicção de quem acredita firmemente na vocação democrática de seu povo, na sua disposição de luta e no fato de que é ele quem faz a história.

Ao encerrar estas palavras, como brasileiro despojado de seus mais elementares direitos de cidadão, mas que continua sendo um do povo e, portanto, preocupado com os destinos de sua pátria, espero que a Câmara Municipal de São Paulo se integre na luta de redenção nacional.

O ato que me tira da vida pública não me abate, não me desperta ressentimentos nem ódios, não me coloca à margem da luta pelo progresso, não me provoca arrependimentos, mas, ao contrário, orgulha-me do que fiz até aqui. Gera em mim novas forças para prosseguir no caminho que escolhi – a luta pelo socialismo.

(...)

Aos meus eleitores, trabalhadores e companheiros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que em mim confiaram, peço tolerância e compreensão por não ter feito tudo que de mim esperavam, no breve período de atividades parlamentares. Se mais não fiz foi, talvez, por incapacidade e nunca porque me faltassem abnegação e esforço.

Cumpro o ato do senhor Presidente da República ao deixar o mandato legislativo, mas o mandato de luta que o povo me outorgou está revigorado e será exercido fora da Câmara.

Ao despedir-me quero reafirmar, ainda uma vez, a certeza de que o caminho da ditadura será barrado, e a democracia autêntica será restaurada e que o povo brasileiro se libertará.

Muito obrigado, Sr. Presidente e senhores Vereadores.

São Paulo, 15 de junho de 1964 (a) Moacir Longo."

Divulgação

Fachada do Palacete Prates, sede da CMSP durante o curto mandato de Longo

cia política, voltou a fazer jornalismo, passando por veículos como *Correio do Povo*, de Guarulhos, *Jornal de Hoje*, em Campinas (ao lado do jornalista José Hamilton Ribeiro), e *Folha de S.Paulo*. Após a redemocratização, atuou como assessor parlamentar e como assessor de comunicação do Sindicato dos Agentes Fiscais de Renda do Estado de São Paulo (Sinafresp), onde participou da publicação de quatro livros, entre eles *Reformas para desenvolver o Brasil* (Nobel, 2003).

Em 2006, resolveu se aposentar da militância política para "ficar de papo para o ar". Mas não foi exatamente o que fez. Aproveitou o tempo livre para usar as anotações feitas no cárcere como base para seu livro *Brasil – os descaminhos do país das terras achadas*, lançado em 2008 pela Fundação Astrojildo Pereira. Com a obra, procurou preencher uma lacuna das reflexões de seu parti-

DVD – Documentário sobre Longo, da Fundação Astrojildo Pereira

Divulgação

A Câmara e o Regime Militar

Gislene Agostinho Camilo • Ubirajara de Farias Prestes Filho

O termo democracia existe desde as pólis gregas, e seu significado etimológico é *demo [povo] + cracia [governo],* portanto, governo do povo. Porém seu conceito varia em relação ao lugar e ao tempo em que é empregado. No Brasil isso não foi diferente, principalmente nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, quando o País passava por mais um turbulento período da sua história política.

Nesse contexto, entre os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo que se pronunciaram a respeito do golpe de 64, a maioria se declarou favorável à ação dos militares, chamada de "revolução democrática". O discurso apresentado pelos líderes deste processo foi o de salvaguardar o País de um eventual golpe de Estado, que, segundo os militares, estaria sendo preparado pelos comunistas. Na prática, foi aberto o caminho para um período ditatorial, que eliminaria as garantias individuais e deixaria muitos mortos e desaparecidos.

De 15 vereadores que se pronunciaram sobre o golpe de 1964, 14 foram a favor

Analisando as atas da CMSP, entre 1964 e 1985, período de todo o governo militar, é possível verificar a posição dos vereadores em relação a esse processo. Logo na primeira sessão plenária após o golpe, realizada no dia 6 de abril de 1964, dos 45 vereadores eleitos 15 se pronunciaram, sendo 14 a favor, e 1 contra o novo governo. A 9 de abril do mesmo ano, o Ato Institucional Número 1 determinou que os direitos políticos de qualquer cidadão poderiam ser suspensos pelo prazo de dez anos, assim como os mandatos legislativos. Nesse contexto, o vereador Moacir Longo, do PSB, teve seu mandato cassado pelo marechal Castelo Branco. Em outubro de 1965, foi assinado o Ato Institucional Número 2, que determinava o sistema bipartidário, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na situação e a oposição representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). As eleições para presidente e vice-presidente passaram a ser indiretas. O Ato Institucional Número 3, de fevereiro de 1966, determinou que fossem também indiretas as eleições para governadores de Estados. Estes, por sua vez, escolhiam os prefeitos das capitais mediante consentimento das Assembleias Legislativas.

Com a crescente restrição política, as discussões na CMSP sobre o cenário nacional diminuíram gradativamente, mas até meados de 1968 é possível notar os anseios de alguns vereadores pelo abrandamento do regime, ou o retorno da "antiga democracia". Entretanto, em dezembro de 1968, o governo militar pôs em prática o AI-5, o mais rígido dos Atos Institucionais, que limitou a liberdade política e de expressão da população brasileira, além de colocar em recesso diversas Assembleias Legislativas. Já as Câmaras Municipais continuaram funcionando e aplicou-se o que determinava a Constituição de 1967: o número máximo de vereadores foi reduzido para 21. Na cidade de São Paulo, a Legislatura que teve início em fevereiro de 1969 foi marcada pela cassação de José Tinoco Barreto (antes de tomar posse) e Francisco Mariano Guariba.

Independente da situação política nacional, os vereadores continuaram a discorrer sobre os problemas da cidade e a propor alternativas aos prefeitos. Aliás, durante o período em que os prefeitos foram nomeados (1969 a 1985), vereadores se firmaram como porta-vozes das demandas dos bairros. No final da década de 1970, foi possível verificar uma crescente mobilização social pelo fim da política militar e a redemocratização do País. Passou-se a defender um novo modelo democrático, que ampliasse o acesso popular à política, e a CMSP teve papel fundamental no processo.

Gislene Agostinho Camilo *é estudante de História na PUC/SP, onde realiza pesquisa de iniciação científica sobre a CMSP no período inicial do regime militar, e estagiária no Arquivo Geral da CMSP.* **Ubirajara de Farias Prestes Filho** *é historiador na mesma unidade.*

Marcelo Ximenez/CMSP

Longo com a esposa, Leda Rosa: quando foi preso, ela estava grávida

do, que achava voltadas demais para a realidade estrangeira. "Esse livro é o que eu queria dizer sobre o meu país. Depois que o escrevi, fiquei mais sossegado", afirma.

Hoje, é considerado presidente de honra do PPS, nome adotado pelo Partidão a partir de 1992. Em 2010, recebeu a Ordem do Ipiranga, a maior distinção concedida pelo governo de São Paulo. Não se arrepende de nada. "Quando a gente tem uma convicção, deve ser coerente com ela e ir em frente haja o que houver." E pagou o preço por suas convicções: "Tive uma vida muito dura, muito tensa, convivendo com o medo de ser preso e perder a vida".

"Hoje estou tranquilo e consigo dar mais atenção para a família", acrescenta, sentado no sofá da sala do seu apartamento, em um condomínio na Penha, zona leste paulistana, onde vive com a esposa. E onde o ronco do trânsito é abafado pelos cantos de "bem-te-vi, bem-te-vi" do lado de fora. ■

SAIBA MAIS

Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história, livro digital de Ubirajara de Farias Prestes Filho, disponível em http://www2.camara.sp.gov.br/livro/livro_cmsp_450anos_100808.pdf

Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. Grupo Tortura Nunca Mais, Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

A Ditadura Envergonhada. Élio Gaspari. Companhia das Letras, 2002.